

# Internacionalismo TRABALHISTA:

O ENVOLVIMENTO DOS ESTADOS UNIDOS  
NOS SINDICATOS BRASILEIROS, 1945-1964<sup>1</sup>

Clifford Andrew Welch<sup>2</sup>

Uma importante questão que confronta os estudiosos do trabalho na América Latina diz respeito às relações entre sindicatos, Estado e potências estrangeiras. Alguns cientistas sociais argumentam que a relativa autonomia dos sindicatos afeta a força da democracia de um país<sup>3</sup>. Eles também afirmam que a capacidade da América Latina em controlar seu próprio destino, em parte, tem sido moldada pela influência de potências estrangeiras – particularmente os Estados Unidos da América – sobre instituições sociais tais como os sindicatos<sup>4</sup>. Um ramo em crescimento dos estudos do trabalho que oferece agora uma perspectiva unificadora para analisar este complexo de relações em torno do trabalho é a perspectiva do internacionalismo trabalhista.

Desde o final dos anos 1960, estudiosos voltaram suas atenções à análise do desenvolvimento da política trabalhista dos Estados Unidos na região<sup>5</sup>. A atual transformação da economia mundial tornou o estudo do trabalho nas relações internacionais ainda mais pertinente. Neste contexto, muitos estudos recentes sobre o envolvimento dos Estados Unidos com sindicatos latino-americanos têm abordado a América Central e o México, enquanto apenas alguns enfatizam a América do Sul<sup>6</sup>. Este artigo proporciona um estudo de caso inicial da história do envolvimento dos Estados Unidos com os sindicatos brasileiros.

Embora alguns contatos esporádicos tenham acontecido antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o envolvimento dos Estados Unidos em assuntos sindicais brasileiros foi formalizado durante os anos do pós-guerra<sup>7</sup>. Em meio à crescente onda de greves no Brasil, os primeiros anos da Guerra Fria se caracterizam pela preocupação com o avanço comunista e pelo claro objetivo imperial de exportar os valores políticos e os estilos institucionais norte-americanos. Os estrategistas norte-americanos decidiram, então, ensinar aos brasileiros como gerir as relações trabalhistas com o objetivo de manter a produtividade, promover a estabilidade e afastar os agitadores comunistas. Essas motivações permaneceram quase que inalteradas durante os anos da Guerra Fria, mas os objetivos, bem como os meios utilizados para implantá-los, mudaram ao longo do tempo. Nos primeiros e estonteantes dias que anunciaram a derrota do fascismo, os estrategistas norte-americanos raramente questionaram a sua capacidade de moldar o mundo à imagem idealizada dos Estados Unidos. Uma vez garantida a colaboração da Federação Americana do Trabalho (AFL, na sigla em inglês) e silenciadas as vozes dissonantes no Congresso das Organizações Industriais (CIO, na sigla em inglês), os estrategistas colocaram em prática seu programa de treinamento e comunicação<sup>8</sup>. Alguns episódios ocorridos no Brasil mudaram as intenções dos norte-americanos e os obrigaram a modificar as táticas.

Neste artigo, os anos compreendidos entre 1945 e 1964 foram subdivididos em três fases, cada uma indicando uma mudança na execução da política trabalhista norte-americano. De 1945 a 1952, os Estados Unidos centraram-se em fomentar uma mudança institucional no Brasil; nos dez anos seguintes, quando o presidente João Goulart começou a ficar no centro da cena política brasileira, os representantes dos Estados Unidos tentaram implantar um programa de treinamento e intercâmbio. Depois de 1962, os agentes norte-americanos aparentemente perderam a paciência e começaram os trabalhos de colaboração com os militares que derrubaram Goulart em 1964.

## **O ponto de vista norte-americano (1945 - 1952)**

No período que vai dos últimos meses da Segunda Guerra Mundial até

o ano de 1952 lançaram-se as bases fundamentais da política trabalhista dos Estados Unidos no Brasil. Estes fundamentos incluíam a perspectiva de isolamento dos sindicatos comunistas e nacionalistas e a elaboração de um projeto de implantação de uma versão idealizada do sindicalismo norte-americano entre os trabalhadores brasileiros. Os primeiros passos na direção dessas metas envolviam criar uma federação nacional de trabalhadores no Brasil nos moldes da AFL e assegurar sua filiação a organizações internacionais patrocinadas pelos Estados Unidos. Além disso, as bases do projeto previam uma relação de colaboração entre a recém-fundada AFL-CIO e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, que existiu até o final do século XX.

Cecil Cross, o cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, propôs, em agosto de 1945, que dirigentes sindicais brasileiros fossem enviados em excursão aos Estados Unidos. Muitos deles procuravam o cônsul para obter informações sobre as condições de trabalho nos Estados Unidos e Cross estava convencido que os efeitos dessas visitas seriam “tanto profundos quanto permanentes” no Brasil. O aumento do número de greves no Estado de São Paulo e a crescente militância de muitos trabalhadores e dirigentes preocupavam o cônsul intensamente: “A situação do trabalho em São Paulo entrou num período de movimento e de reorientação e o tempo é um fator crucial”<sup>9</sup>.

O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolph Berle Junior, concordou que algo deveria ser feito. Ele e sua equipe logo desenvolveram o projeto intitulado “Programa Informativo ao Trabalho Brasileiro”, que envolvia a utilização de filmes, livros, boletins de notícias e exposições com o intuito de “promover entre os trabalhadores brasileiros uma melhor compreensão das condições de trabalho nos Estados Unidos”. As ideias a serem propagadas deveriam ser seletivas. De acordo com Berle: “A ênfase deveria ser em unir as pessoas em soluções cooperativas e não na existência de conflitos entre os trabalhadores ou outros grupos socioeconômicos”. Para este fim, Berle sugeriu que o programa de propaganda destacasse a presença das vilas operárias, embora os próprios trabalhadores norte-americanos as considerassem “elemento de opressão”<sup>10</sup>.

Cross foi atraído para o ambicioso plano proposto por seu chefe e incitou Washington a se voltar para a intensa propaganda e à campanha de treinamento: “O momento é particularmente favorável para propagar o ponto de vista dos Estados Unidos” entre os dirigentes sindicais brasileiros<sup>11</sup>. O plano também conquistou o secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, Spruille Braden, embora ele não estivesse disposto a endossar a urgência do cônsul. Para a implementação imediata do plano havia dois obstáculos. Assim como aconteceu no Brasil, a desmobilização colocou um fim à trégua entre capital e trabalho que ocorrera nos Estados Unidos durante a

Segunda Guerra. Entre 1945 e 1946 eclodiram na indústria norte-americana algumas das maiores e mais longas greves da história do país. Ao ir a campo, Braden escreveu que os brasileiros deveriam aprender a organizar uma greve no estilo norte-americano. Além disso, ele estava preocupado com o fato de que o programa daria margem à ideia de que os estados Unidos “tinham a intenção de promover uma forma indireta de intervenção nos assuntos internos do Brasil”. Em sua opinião, os frutos que o projeto traria não compensariam os riscos e o governo, portanto, não deveria permitir que “tais acusações ocorressem gratuitamente”<sup>12</sup>.

Berle concordou com Braden que a campanha pública deveria ser mais eficaz (e menos provável de ser criticada) se realizada por sindicatos norte-americanos<sup>13</sup>. Porém, a divisão do movimento operário dos Estados Unidos em duas tendências distintas frustrou os planos do Departamento de Estado. Diferenças fundamentais levaram o CIO e a AFL a apoiar e adotar políticas contrárias na América Latina. Durante uma conferência sobre guerra e paz que aconteceu na Cidade do México em fevereiro de 1945, a AFL apoiou as medidas de caráter liberal introduzidas pelos Estados Unidos no país, que preconizavam o livre-comércio, a intervenção mínima do Estado nos assuntos econômicos e o desenvolvimento do setor privado. O CIO, em contrapartida, apoiou as recomendações políticas da Confederação de Trabalhadores da América Latina (CTAL), uma organização trabalhista com dez anos de existência sediada no México que apoiava medidas econômicas protecionistas e a responsabilidade no Estado no setor industrial<sup>14</sup>. Embora o Departamento de Estado preferisse claramente a AFL, seria inadequado o risco de favorecer uma entidade em detrimento da outra<sup>15</sup>.

Entretanto, como as condições econômicas no Brasil pioraram, autoridades norte-americanas ficaram cada vez mais preocupadas com um possível aumento da atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB). O adido trabalhista Edward Rowell assim informou: “O consenso entre os trabalhadores é que o PCB vem crescendo com força [...] e, a menos que haja uma mudança acentuada nas condições econômicas eles dominarão quaisquer eleições que disputarem, digamos, ainda por quatro ou seis anos”<sup>16</sup>. Dadas estas pressões, em meados de 1946 o Departamento de Estado pediu ajuda da AFL. As embaixadas na América Latina foram orientadas a fornecer “ajuda informal” a Serafino Romualdi, representante interamericano indicado pela AFL, que foi escalado para visitar a região no mês de junho daquele ano. Em contrapartida, o secretário de Estado, James Byrnes, também alertou os funcionários para “evitar qualquer colaboração do Sr. Romualdi em atividades que possam dar origem a acusações de que o Departamento de Estado estivesse favorecendo a AFL em detrimento do CIO”<sup>17</sup>.

Italiano emigrado, Romualdi era um fervoroso anticomunista e um forte sindicalista que vinha lutando desde 1943 para convencer a AFL a ter um papel direto nos sindicatos latino-americanos. Como agente do Escritório de Serviços Estratégicos (agência predecessora da CIA-Central Intelligence Agency) em 1944 e 1945, Romualdi tinha desenvolvido contatos com sindicalistas italianos no Brasil<sup>18</sup>. Certo de que os Estados Unidos “definiam o ritmo de expansão industrial” na América do Sul, ele argumentava que dependia dos próprios sindicatos do hemisfério assegurar que essa expansão também elevasse o padrão de vida de todos os trabalhadores<sup>19</sup>. Em resposta, a AFL concordou que seria importante “elevar os padrões do trabalho nos países da América do Sul, pois isso consolidaria uma base equiparável de comércio entre os dois continentes”<sup>20</sup>. Mais tarde, o vice-presidente da AFL, George Meany, afirmou que

dependia de a AFL ver se os trabalhadores da América Latina compreendiam nossa filosofia, o nosso desejo de criar uma sólida frente entre os trabalhadores do hemisfério Sul e evitar que essas pessoas ouvissem o balbuciar daqueles que recebiam ordens de Moscou.<sup>21</sup>

A viagem de Romualdi à América Latina lançou as bases da colaboração entre os estrategistas norte-americanos e os agentes da AFL, aspecto que caracterizaria o envolvimento dos Estados Unidos nas questões sindicais da região. Romualdi foi calorosamente recebido na embaixada norte-americana e, em São Paulo, Cecil Cross colocou-se à disposição do enviado, com a orientação de “colaborar com ele ao limite”. Como Romualdi relataria mais tarde, sua missão no Brasil não teria sido possível sem o auxílio de membros da equipe do governo dos Estados Unidos<sup>22</sup>. Em 1947, na sequência do anúncio da famosa doutrina do presidente Harry Truman de combate do comunismo, a parceria entre a AFL e o Departamento do Estado se solidificou ainda mais. Ao se encontrar com Braden, em abril, Romualdi informou que “a atitude do Departamento de Estado, em favor dos nossos esforços [da AFL] para combater comunistas e outras influências totalitárias entre os trabalhadores latino-americanos será, a partir de agora, não só simpática, mas também cooperativa”. Romualdi afirmou que Braden “foi ainda mais longe ao prometer [...] todo apoio (compatível com as óbvias limitações da não-interferência direta do governo e do decoro diplomático) que precisássemos em nosso trabalho [...]”<sup>23</sup>. O apoio oficial à AFL, de fato, se intensificou nos anos seguintes.

Ao fazer duas viagens para a América Latina em 1946, Romualdi se concentrou em desenvolver contatos com sindicatos de orientação pró-EUA e tentou persuadi-los a participar da criação de uma nova organização do traba-

lho no hemisfério que se dedicaria a opor à CTAL. Romualdi concordava com o Departamento de Estado dos Estados Unidos em rotular a CTAL como uma organização de caráter comunista por causa da filiação da entidade à Federação Sindical Mundial (FSM), que era uma organização internacional composta por entidades tão diversas quanto o Conselho dos Sindicatos Ingleses (TUC, na sigla em inglês), o CIO e muitas federações soviéticas<sup>24</sup>. Em geral, as organizações filiadas à FSM eram sindicatos oficiais que dependiam em grande medida do governo para manter sua legitimidade e eficácia em relação aos assim chamados sindicatos “livres” (autônomos do Estado) e associações profissionais afiliados à AFL. Neste sentido, os sindicatos brasileiros também foram bem mais oficiais do que livres.

A moderna estrutura dos sindicatos brasileiros havia sido estabelecida em grande parte durante o Estado Novo, um sistema corporativo imposto entre os anos 1937 e 1945 sob o comando do presidente Getúlio Vargas. Em 1943, as relações de trabalho corporativas foram codificadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual colocava a autoridade executiva nas mãos do Ministério do Trabalho. Sob esta estrutura, o Estado pôde desempenhar um enorme controle sobre os sindicatos, incluindo o poder de autorizar a criação de novas entidades, administrar a eleição de dirigentes, recolher e distribuir o imposto sindical e rearranjar sindicatos não filiados<sup>25</sup>. Para as visões liberais norte-americanas sobre a relação entre Estado e trabalho, este sistema era um pesadelo. Romualdi afirmou categoricamente que o controle do governo sobre os sindicatos era um dos aspectos que “contribuía para o caos político e o desastre econômico que flagelava o Brasil” e, por isso, incitou os líderes sindicais brasileiros a libertar suas organizações de “todas as formas de controle e dominação do governo”<sup>26</sup>.

Sem refletir sobre as contradições intrínsecas, Romualdi estava, a rigor, aconselhando seus pares a usar o governo para escapar do jugo do governo. Ele também incentivou seus amigos sindicalistas a conquistar a aprovação do Ministério do Trabalho para a criação de uma federação nacional nos moldes da AFL. A nova entidade brasileira deveria eleger delegados para participar da próxima conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Eles também poderiam se juntar a outras organizações nos “planos para a estruturação de um movimento interamericano de oposição ao totalitarismo”. Este organismo poderia servir como um braço regional da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), uma entidade global que seria fundada pela AFL para competir com a FSM. Finalmente, depois de várias reuniões com líderes sindicais, Romualdi aconselhou os brasileiros a enviar alguns sindicalistas selecionados aos Estados Unidos para aprender as “regras elementares do sindicalismo autônomo” e a convidar especialistas da AFL para visitar o Brasil e ensinar suas “regras”<sup>27</sup>.

Romualdi chegou ao Brasil no momento decisivo da disputa nacional pela autonomia das organizações de trabalhadores. Desde o fim dos combates da Segunda Guerra Mundial na Europa, as forças estavam mobilizadas para defender ou não a continuação de Vargas no poder. Um desses fatores foi o trabalhista; apesar de Vargas ter sido forçado a deixar o poder em outubro de 1945, o movimento operário continuou a desempenhar um papel influente durante o período da democratização. Um dos grupos mais ativos em 1945 e 1946 foi o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), liderado pelos comunistas. Embora não fosse uma organização oficial, o MUT apoiou o sistema corporativista como um meio de defender a classe trabalhadora da classe burguesa e procurou reforçar isso em colaboração com o governo. Em janeiro de 1946, as lideranças do MUT promoveram um congresso sindical em São Paulo que incentivou os trabalhadores a apoiar a formação de uma federação sindical nacional<sup>28</sup>. Trabalhadores organizados de várias cidades responderam ao apelo, mas o governo colocou o MUT na ilegalidade em abril daquele ano e interveio para substituir os dirigentes dos sindicatos ligados ao MUT<sup>29</sup>.

As autoridades norte-americanas não apoiaram homogeneamente a repressão ao MUT. Rowell, o adido trabalhista no Rio de Janeiro, preocupado com o fato de que a atitude do governo pudesse simplesmente reforçar o PCB, enfatizou a necessidade de alternativas positivas. Na visão de Rowell, era preciso que “o governo e as classes produtivas encampassem um programa que resultasse em uma verdadeira melhoria da qualidade de vida das classes trabalhadoras e eliminasse os elementos que ainda se sentissem explorados”<sup>30</sup>.

Romualdi, por sua vez, ficou satisfeito com o fim do MUT. Ele acreditava que o poder institucional do Ministério do Trabalho poderia ser utilizado para superar o vigoroso trabalho de organização do PCB. Por isso, ele propôs que o Ministério deveria se apropriar da estratégia do MUT e fomentar a criação de uma federação nacional do trabalho. Romualdi estava certo de que o Ministério poderia excluir militantes e comunistas, a primeira de suas preocupações. Demonstrando que acreditava que a autonomia sindical no Brasil poderia esperar, dissimuladamente Romualdi se reuniu com vários funcionários graduados do Ministério, em junho de 1946. Ele ficou satisfeito quando o ministro Octacílio Negrão de Lima anunciou a realização de um congresso trabalhista em Recife, a ser realizado no final de julho<sup>31</sup>. No entanto, os militantes do MUT ainda tinham influência nos sindicatos, e para ter tempo de garantir uma delegação mais indulgente, o Ministério adiou sua realização para o final de setembro e transferiu sua sede para a cidade do Rio de Janeiro, a capital do país<sup>32</sup>.

Os esforços do Ministério para controlar os resultados do congresso provaram-se inúteis. O que se revelou foi a independência do movimento sin-

dical, o que comprometeu o governo quando ficou evidente o pequeno número de trabalhadores dispostos a praticar as ideias de Romualdi. Mais de 2 mil delegados, representando cerca de mil sindicatos, participaram da reunião. Eles se dividiram em três principais tendências: os alinhados com o PCB, os apoiadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e aqueles que defendiam as ideias do Ministério do Trabalho. Embora a maioria dos delegados do PCB e do PTB compactuasse com uma série de resoluções que incluíam a construção da autonomia sindical, a tríplice divisão dos delegados se tornou muito controversa quando foi posta em discussão a criação de uma federação nacional de trabalhadores. Delegados que apoiavam o Ministério do Trabalho, incluindo aqueles com quem Romualdi mantinha contato, se defrontaram com os comunistas e abandonaram, em protesto, a conferência. “Minoria que defende o Ministério do Trabalho abandona congresso”, assim noticiou *The Economist*, e o Ministério do Trabalho dissolveu o congresso. Poucos dias depois, em 22 de setembro, mais de mil delegados dissidentes se reuniram e fundaram a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Em outro congresso, cerca de 240 delegados pró-governo fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT). Já que o congresso havia exposto a debilidade do respaldo do governo entre os trabalhadores organizados, o Ministério fez uso de suas prerrogativas para mascarar a derrota e reconheceu a legitimidade apenas da CNT<sup>33</sup>. A situação legal da CTB permaneceu duvidosa, embora seus membros fossem vistos mais como colaboradores do que como opositores do sistema de Estado que centralizava as relações de trabalho<sup>34</sup>.

Romualdi explorou os potenciais benefícios da cisão. O incidente dividiu os sindicalistas entre os “paus-mandados” e os “companheiros de viagem”, bem como os comunistas, todos os quais poderiam ser isolados por sua filiação à CTB. Entretanto, os aliados de Romualdi na CNT poderiam se beneficiar com a preferência do governo. Suas táticas divisionistas tiveram sucesso quando o recém-escolhido representante da AFL em São Paulo, Deocleciano Holanda Cavalcanti (presidente da Federação Paulista dos Trabalhadores em Alimentação) foi nomeado como o primeiro presidente da CNT. Um novo incentivo veio quando o ministro do Trabalho concordou em patrocinar o envio de um delegado da CNT, Renato Socci, da Federação dos Trabalhadores Marítimos do Rio de Janeiro, para a convenção da OIT em Montreal<sup>35</sup>.

Contudo, o sonho de Romualdi de lidar apenas com a CNT foi frustrado pela lei e pela política brasileiras. Certo número de parlamentares federais queixou-se de que o governo havia extrapolado sua autoridade ao reconhecer a CNT, porque a Constituição de 1946 não previa disposições para a criação de uma entidade nacional de trabalhadores. O Congresso brasileiro teria de alterar a Constituição, mas estava dividido sobre a questão. Os conservadores

não viam vantagem em afrouxar o controle governamental sobre o movimento sindical, enquanto os representantes do PCB e do PTB preferiam ver a CTB reconhecida ao invés da CNT. Após muita discussão, a Constituição permaneceu inalterada e o Ministério teve de retratar-se do reconhecimento da CNT, porque as leis trabalhistas só permitiam que os sindicatos se unificassem nacionalmente por setores econômicos. Conseqüentemente, em abril de 1947, a CNT se dividiu em duas: a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) e a CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio)<sup>36</sup>. Essas mudanças não deixaram qualquer espaço para a CTB e, por conseguinte, ela foi ilegalizada em maio daquele ano, quando o Ministério realizou intervenções e afastou os dirigentes de 400 dos 944 sindicatos reconhecidos legalmente<sup>37</sup>.

Já que seus esforços em encontrar aliados para estabelecer uma confederação nacional foram inviabilizados, Romualdi passou a se dedicar a conseguir a filiação brasileira a uma organização regional chamada de Confederação Interamericana do Trabalho (CIT). Em agosto, Romualdi voltou ao Brasil, mas ao invés de tentar conquistar apoio entre os líderes sindicais, ele se concentrou no governo, mesmo sabendo que a legislação brasileira proibia os sindicatos de aderir a qualquer organização internacional. Mudar a lei levaria muito tempo, então ele pressionou o Ministério do Trabalho para permitir que delegados participassem do congresso de fundação da CIT que se realizaria em Lima, em janeiro de 1948. Ele argumentou que, uma vez que a CIT fosse criada com a participação de brasileiros, as pressões para a mudança da lei iriam avançar mais metodicamente. Estranhamente despreocupado com seus contatos com o governo brasileiro, Romualdi relatou em sua autobiografia que

o ministro do Trabalho e os funcionários próximos do presidente quiseram saber muitas, muitas coisas antes de assumir qualquer compromisso. Acima de tudo, eles queriam saber a posição da embaixada norte-americana e do governo dos Estados Unidos, vis-à-vis a proposta de participar da reunião de Lima. Embora eu não pudesse falar em nome do Departamento do Estado, assegurei aos brasileiros que minha posição foi favorecida por Washington. Em poucos dias, me prometeram que uma grande delegação assistiria à Conferência de Lima.<sup>38</sup>

Romualdi relatou que, após o presidente Eurico Gaspar Dutra consultá-lo, este tomou a decisão sozinho. Porém, como Romualdi descobriria mais tarde, a intenção de Dutra ao enviar delegados ao Peru não era a de provocar mudanças legais que permitissem os sindicatos brasileiros se filiarem à CIT.

Embora um delegado brasileiro tenha sido eleito como um dos dez vice-presidentes da CIT – o presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Rio de Janeiro, Cid Cabral de Mello –, a afiliação seria outra nos próximos quatro anos. Os brasileiros logo perceberam que a CIT estava apoiando a política e os valores dos Estados Unidos e não as crenças e os desejos latino-americanos, e assim eles adiaram a adesão. Ideologicamente, a plataforma da CIT era inconsistente com a política e com o sistema trabalhista brasileiros; todas as suas principais ideias – a unidade trabalhista nacional, a negociação coletiva, o irrestrito direito de greve e o sufrágio universal masculino – conflitavam com a ideologia corporativista que orientava a participação política e econômica que dominou o Estado brasileiro.

De acordo com a CLT, trabalhadores e empregadores estavam organizados em sindicatos autorizados pelo Estado e que não eram sindicatos “livres” nem associações espontâneas de profissionais. Suas negociações eram intencionalmente reguladas pelo Estado e não pelas forças de mercado. Os interesses de cada grupo não eram disputados nas ruas, mas por meio dos canais administrativos e judiciais do Ministério do Trabalho, uma instituição que pretendia representar o interesse de ambos, capital e trabalho, tal como um pai reconhece os interesses de seus filhos. Além disso, os brasileiros conquistavam o direito ao voto não só ao completarem 21 anos de idade, mas ao comprovar sua escolaridade ou ao fazer parte de um sindicato, demonstrando que estavam aptos para contribuir para o progresso da Pátria<sup>39</sup>. Esses valores estavam profundamente arraigados na sociedade brasileira, a ponto de um trabalhador que foi delegado na conferência de Lima, Antônio Soares Campos, da Federação dos Trabalhadores Marítimos do Rio de Janeiro, fazer oposição veemente à filiação, afirmando que a CIT “apoiava princípios da luta de classes incompatíveis com o sistema social brasileiro”<sup>40</sup>.

As objeções da administração Dutra à filiação foram menos filosóficas e mais pragmáticas que as do marítimo. Para grande insatisfação do governo brasileiro, a CIT acentuou os objetivos dos Estados Unidos na região e não os da América Latina. Antes de Dutra aprovar a ida da delegação a Lima, ele perguntou a Romualdi se era possível contar com o apoio da CIT numa conferência econômica interamericana prevista para março de 1948. Tal como outras nações latino-americanas, o Brasil pretendia conseguir o apoio dos Estados Unidos para os seus planos de desenvolvimento para o pós-guerra. Como se sabe, a administração de Truman se recusou a apoiar tais ambições por que argumentava que a reconstrução da Europa tinha prioridade em relação à industrialização da América Latina<sup>41</sup>. A resposta de Romualdi a Dutra foi vaga, mas seu papel na conferência de Lima não deixou dúvidas de que a CIT colocaria os objetivos dos Estados Unidos à frente das ambições brasileiras. Por

exemplo, Romualdi ajudou a derrubar moções de apoio à posição de Dutra que favoreciam o planejamento econômico e criticavam o imperialismo norte-americano e também conseguiu eliminar quaisquer palavras que pudessem “contrariar a visão econômica do movimento sindical dos Estados Unidos”<sup>42</sup>.

Dutra provocou polêmica na CIT ao adotar uma postura descomprometida. Embora o governo brasileiro não tenha impedido seus delegados sindicais de assistir às reuniões, ele se recusou a financiar a viagem com recursos públicos e congelou o debate acerca da filiação internacional. Apenas quando foi pressionado pelo embaixador dos Estados Unidos, Herschel Johnson, que pessoalmente discutiu o assunto com os ministros de Relações Exteriores e do Trabalho, foi que, em outubro de 1950, o presidente enviou ao Congresso uma mensagem recomendando alterações legislativas. A esta altura, Dutra já estava à espera da posse de Getúlio Vargas, que o substituiria na Presidência da República. Com a transição política, nenhuma atitude foi tomada sobre a questão durante os próximos dois anos<sup>43</sup>.

Vargas ganhou as eleições presidenciais em outubro de 1950 apelando para o apoio da classe trabalhadora<sup>44</sup>. A questão da filiação internacional permaneceu central para os agentes trabalhistas dos Estados Unidos, mas não era tão importante para Vargas e sua nova administração. Embora o presidente estivesse desconfiado e temeroso da força do PCB no movimento sindical, ele queria recompensar os trabalhadores pelo apoio recebido durante as eleições, garantindo que se realizassem novas eleições nos sindicatos com o objetivo de retirar os interventores nomeados por seu antecessor. Mais confiante na lealdade do PTB, Vargas estava pronto a considerar a questão da filiação em 1952, quando nomeou José de Segadas Vianna como ministro do Trabalho.

Deputado do PTB e um dos principais criadores da legislação trabalhista brasileira, Vianna tinha ambições de representar o Brasil na Organização Internacional do Trabalho. Porém, essa prestigiosa posição não poderia ser conquistada se o Brasil continuasse a reprimir os norte-americanos e os seus organismos trabalhistas internacionais, como a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), que substituíra a CIT em janeiro de 1951. Assim, em antecipação a um congresso da OIT em Genebra, Vianna e Vargas pressionaram o Congresso Nacional a permitir a filiação em junho<sup>45</sup>. Vargas foi logo recompensado quando a ORIT realizou seu segundo congresso no Rio de Janeiro para honrar e fortalecer suas novas alianças brasileiras<sup>46</sup>.

Em 1952, as bases do envolvimento norte-americano com sindicatos brasileiros já estavam estabelecidas. A AFL e o CIO se unificaram e a CTAL foi encoberta pela ORIT, dominada pelos Estados Unidos<sup>47</sup>. Comunistas e líderes nacionalistas foram isolados, as alianças foram feitas com líderes anticomunistas e uma estrutura institucional compatível com os interesses norte-ame-

ricanos tinha sido estabelecida. Nenhum desses resultados tinha sido ainda alcançado de acordo com qualquer dos planos, nem tinham sido tomadas providências sobre a propaganda e o programa educativo propostos anteriormente, em 1945. Conseqüentemente, nada saíra do lugar. Líderes nacionalistas de esquerda podem ter sido impelidos para a ilegalidade, mas ainda tinham uma substancial popularidade. Os aliados às perspectivas dos Estados Unidos, em contrapartida, eram os líderes menos populares. John Fishburn, um especialista de carreira no tema do trabalho dentro do Departamento de Estado entre 1943 e 1966, assim observou: “A ORIT arregimentou todos os líderes sindicais decadentes”<sup>48</sup>. Entretanto, a estrutura sindical brasileira permaneceu estatizada e politizada, uma situação à qual os agentes norte-americanos se opunham, mas, de fato, a ela se acomodaram e até a alimentaram. Talvez, o mais impressionante sobre este fundamento fosse a sua instabilidade, pois tanto o governo como o movimento sindical brasileiro atendiam mais às suas considerações locais que aos desejos dos Estados Unidos.

## **A ORIT e o Ponto IV (1952-1962)**

Depois que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria aderiu à ORIT em 1952, a organização internacional planejou uma viagem e um programa de formação muito parecido com aquele proposto por Cross e Berle, logo após a Segunda Guerra Mundial. Financiados no âmbito do Ponto IV exposto pelo presidente Truman em sua mensagem inaugural ao Congresso Nacional em 1949, quando anunciou “as quatro liberdades”<sup>49</sup>, o novo programa contou com uma estreita cooperação entre o Serviço de Relações Exteriores dos Estados Unidos e os diretores da ORIT, assim como a AFL de Romualdi. Como Fishburn explicara, “a ORIT foi comprada e paga pelo Tio Sam”. Romualdi, Fishburn e seus aliados inicialmente identificaram líderes que fossem “confiáveis” para serem enviados aos Estados Unidos para o programa de formação, o que significava invariavelmente líderes anticomunistas. O objetivo final do Ponto IV foi o de torná-los pró-Estados Unidos. Dessa forma, comprometeu-se a ajudar em todas as importantes lutas contra comunistas e dirigentes independentes (ou seja, uma vasta categoria que incluía os nacionalistas, peronistas, socialistas ou aqueles que não cooperavam)<sup>50</sup>. Romualdi, Fishburn e outros funcionários esperavam grandes resultados de seus esforços ao longo da década<sup>51</sup>.

O propósito do Ponto IV era combater o comunismo com a prosperidade, tal como sugerido pelo próprio título da legislação existente, a Lei de Segurança Mútua. As seções 516 e 528 do documento previam que os Estados Unidos deveriam incentivar nos países participantes “normas justas e boas

condições de trabalho” e o desenvolvimento do “movimento sindical autônomo, bem como as iniciativas coletivas de negociação da mão-de-obra”. De acordo com as diretrizes, as metas do Ponto IV queriam aumentar a produtividade e promover o “desenvolvimento econômico e social equilibrado”, somado a um “forte movimento sindical autônomo que contribuiria com todos estes objetivos e seria a melhor garantia contra a invasão das organizações dos trabalhadores por comunistas profissionais e outros revolucionários”<sup>52</sup>. Estes eram precisamente os mesmos objetivos que norteavam a ORIT. No contexto dos anos 1950, tanto os Estados Unidos como a AFL viam o treinamento técnico e a assistência como centrais para cumprir essa missão.

O primeiro programa de formação no âmbito do Ponto IV para o Brasil ocorreu em janeiro de 1953, quando um grupo de dez estudantes chegou à American University em Washington, D.C. Estes primeiros estudantes não eram líderes sindicais, mas técnicos do Ministério do Trabalho brasileiro e instrutores de um programa de gestão e assistência ao trabalhador apoiado pelo governo, chamado Sesi (Serviço Social da Indústria)<sup>53</sup>. Durante a estadia de seis meses, eles estudaram economia, estatística e história do trabalho nos EUA. Depois de três semanas de estudos de inglês intensivo, se dedicaram a entender os “fatores humanos que influenciam a produtividade”, o tema geral do programa<sup>54</sup>. Mais tarde, o grupo esteve no Pennsylvania State College para um programa de seis semanas de estudos acerca da história do sindicalismo dos Estados Unidos, sua estrutura e funcionamento<sup>55</sup>. Na última semana, os brasileiros visitaram fábricas e sindicatos para observar seu funcionamento.

Os estrategistas norte-americanos podem ter planejado influenciar o Ministério do Trabalho e os profissionais do Sesi (bem como seus estudantes) ao priorizarem essa turma para a primeira investida do programa. Estes funcionários foram escolhas naturais porque a formação deles atingia o duplo objetivo de combater o comunismo e incentivar a produtividade da força de trabalho, o que era também partilhado pelas instituições brasileiras. Como o industrial e cofundador do Sesi, Roberto Simonsen explicou:

O Sesi [...] permitirá que as massas trabalhadoras no Brasil atravessem o Mar Vermelho da opressão e do desumano totalitarismo sem molhar os pés e, sem dúvida, após a árdua jornada, [os trabalhadores] respirarão o ar puro do Brasil, purificado pelo nosso espírito cívico e pela nossa vocação para a democracia.<sup>56</sup>

Embora os propósitos norte-americanos e brasileiros fossem semelhantes, os dois países divergiam muitas vezes, gerando tensão entre os funcionários. Por exemplo, os funcionários estadunidenses estavam convencidos de

que sindicatos livres do controle do governo eram ideais e, portanto, queriam eliminar o caráter intervencionista do Ministério do Trabalho. Em janeiro de 1956, Romualdi divulgou um plano de quatro pontos elaborado em conjunto com o novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, James Dunn. Os dois primeiros pontos pediam “liberação do asfixiante controle governamental sobre os dissídios salariais” e “o fim da prática de intervenção do governo” sobre os sindicatos<sup>57</sup>. Esta proposta era rechaçada pelos burocratas brasileiros, que acreditavam que o movimento sindical se desmantelaria ou cairia nas mãos dos comunistas na ausência do controle do Ministério do Trabalho. Os Estados Unidos reconheciam o potencial de ruptura, mas afirmavam que preferiam se arriscar, confiantes de que tais esforços acabariam por conquistar os brasileiros<sup>58</sup>.

Neste ponto, como se poderia esperar, certas nuances separavam as opiniões do governo norte-americano e as da AFL. Os agentes da AFL mostraram mais interesse em enfraquecer o Estado brasileiro do que os estrategistas norte-americanos, porque, para estes últimos, o caráter e a ideologia daqueles que seguravam as rédeas do poder importavam mais. Se os funcionários norte-americanos eram mais simpáticos ao então ministro do Trabalho brasileiro, era porque o controle do governo brasileiro sobre o movimento sindical os incomodava menos do que a possibilidade de o ministro do Trabalho ser um nome no qual eles não confiassem.

Enquanto o treinamento de líderes sindicais brasileiros estava em curso em 1953, três deles foram enviados para a escola de formação da ORIT, na Universidade de Porto Rico. Os escolhidos foram Enoch Gresenberg, do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Alberto Bettamio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Rio de Janeiro, e Luiz José Baptista Guimarães, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. O cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo escolheu Gresenberg, enquanto Irving Salert, o novo adido trabalhista na embaixada do Rio de Janeiro, escolheu os outros dois. Salert parecia impressionado com o empenho de seus indicados ao trabalho sindical, descrevendo o sindicato ao qual Bettamio pertencia como “um dos poucos [...] que organizou completamente a indústria” no Rio de Janeiro. O sindicato também havia criado uma escola primária para os filhos dos sócios. Guimarães provocou a simpatia de Salert por causa de seu conhecimento da legislação trabalhista brasileira e da sua colaboração para estabelecer os programas educacionais do adido trabalhista no Rio de Janeiro<sup>59</sup>. É importante igualmente notar que Gresenberg e Bettamio trabalhavam em indústrias estratégicas (eletricidade e petróleo), para as quais investimento estrangeiro, propriedades e controle eram questões fundamentais naquela época<sup>60</sup>.

No que diz respeito ao programa da ORIT, o coordenador do governo norte-americano do Ponto IV, Maximilian Wallach, ficou “quase que diariamente em contato com Serafino Romualdi”. Wallach afirmou que “a maior parte dos acordos feitos para o projeto da ORIT [foram] feitos pelo meu escritório”, ou seja, o Programa para as Repúblicas Americanas do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos<sup>61</sup>. Em 1954, Salert selecionou oito sindicalistas brasileiros para enviá-los a uma nova escola da ORIT em Montevidéu, no Uruguai. Em maio, o próprio Salert recebeu permissão do Departamento de Estado para suspender suas atividades na embaixada por duas semanas para que ele pudesse dar palestras na escola<sup>62</sup>. Em outubro de 1955, Salert preparou o itinerário de Romualdi em sua visita ao Brasil, a qual incluía uma reunião com o embaixador Dunn. Conforme relatado por Salert, o agente da AFL “exortou o embaixador a apoiar o projeto de Romualdi de criar uma universidade brasileira com subvenções do Ponto IV. Agradeceu também o apoio de Dunn ao programa de intercâmbio de líderes sindicais e explicou que a AFL operava em “estreita colaboração com as agências governamentais dos Estados Unidos” para se certificar de que os brasileiros que visitassem os Estados Unidos “compreendessem a necessidade de combater o comunismo de uma forma positiva”<sup>63</sup>.

Na verdade, o orçamento norte-americano para o intercâmbio de dirigentes trabalhistas brasileiros era muito pequeno – menos de 4 mil dólares em 1954 e cerca de 5 mil no ano seguinte. Estes números representam cerca de 1% do total do orçamento anual dedicado à propaganda norte-americana no Brasil<sup>64</sup>. Frustrado com este baixo nível de apoio, Salert defendeu a ideia de que o programa deveria ser expandido de forma significativa para o ano de 1957. Ele recomendou o financiamento da viagem de 150 líderes sindicais brasileiros para estadias de três meses nos Estados Unidos a cada ano até que, pelo menos, 10% das lideranças trabalhistas nacionais, estaduais e de sindicatos municipais tivessem obtido a oportunidade de ir até o norte do hemisfério para ver sindicatos estadunidenses em ação. Salert afirmou que recebera “centenas de pedidos” de bolsas de estudo. Em sua opinião, o programa já tinha “se tornado a mais importante ferramenta auxiliar do movimento sindical brasileiro” e um instrumento essencial de formação de sindicalistas em “campeões da defesa da democracia e do anticomunismo”<sup>65</sup>.

É difícil medir a eficácia do programa. Promovedores como Salert e Romualdi exaltavam suas conquistas sem desperdiçar a oportunidade de celebrar seus sucessos e apresentar relatórios a Washington contendo comentários de impressionados brasileiros recém-chegados da viagem aos Estados Unidos. Por exemplo, em 1957, em um informe Salert cita extensamente Hilário José Busetatto, vereador e membro de um sindicato em Caxias do

Sul, no estado do Rio Grande do Sul: “Agora eu sei por que os trabalhadores norte-americanos são anticomunistas. Eles vivem e trabalham com dignidade [...] Agora eu mesmo vi as condições de vida. [...] Temos que libertar nossos sindicatos dos comunistas e eu vou assumir essa luta”<sup>66</sup>.

Outro participante do programa chamado Domingos Saviano, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Farinhas, relatou ao consulado em São Paulo um episódio em que ele alegou ter contestado várias vezes o líder do PCB, Luís Carlos Prestes, numa discussão sobre o imperialismo econômico dos Estados Unidos<sup>67</sup>. Em novembro de 1958, um grupo de formados pelo programa fundou o Clube Eloy Chaves em São Paulo<sup>68</sup>. Para satisfação dos funcionários norte-americanos, os membros do clube viajavam pelo estado relatando a experiência que tiveram nos Estados Unidos e explicando a natureza do “sindicalismo autônomo”<sup>69</sup>.

De qualquer modo, uma estreita aliança com os Estados Unidos não garantia sucesso às lideranças sindicais no Brasil. A carreira de dois dos primeiros participantes do programa da ORIT, Gresenberg e Bettamio, de fato desmoronaram depois do treinamento, em 1953. Adversários de Gresenberg no Sindicato dos Eletricitários usaram a visita aos Estados Unidos para desacreditá-lo aos olhos dos demais membros da entidade. Pouco tempo depois do retorno ao Brasil, ele perdeu a eleição para a presidência do sindicato e decidiu abandonar a entidade<sup>70</sup>. Em 1957, Bettamio também perdeu a eleição para a federação nacional de sua categoria, os petroleiros. De acordo com Salert, perdeu por 250 votos (em 2.550) para a chapa liderada por Domenico Sérgio. Alegando fraude, Bettamio pediu ao ministro do Trabalho que anulasse os resultados e convocasse novas eleições. Na segunda vez, entretanto, a direção, e não os comunistas, foram acusados de pressionar os trabalhadores a votarem em Sérgio. Os relatórios trimestrais de Salert não mais mencionaram a eleição de Bettamio<sup>71</sup>.

O caso do destinatário de recursos do Ponto IV em 1956, José Sanches Duran, que era presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, deu uma interessante oportunidade de refletir sobre os problemas confrontados pela política trabalhista dos Estados Unidos no fim dos anos 1950. Durante sua formação nos Estados Unidos, Duran teve contato com George Meany, Serafino Romualdi e outros líderes trabalhistas estadunidenses. Duran e outros sindicalistas brasileiros convidaram Meany para uma visita oficial ao Brasil, e quando Duran voltou a São Paulo, em outubro, ele começou a “capacitar um grupo de 25 presidentes de sindicatos” metalúrgicos do estado de São Paulo “nos métodos norte-americanos de negociação”. Era uma resposta entusiasmada ao programa, que satisfazia tanto a AFL como os funcionários do governo dos Estados Unidos<sup>72</sup>.

Contudo, depois da visita de Meany no final do ano, a lua-de-mel com Duran começou a azedar e o fraco domínio dos Estados Unidos sobre os metalúrgicos brasileiros começou a degradingolar, até que as relações com este estratégico movimento terminaram de vez. Duran parou de aparecer em reuniões promovidas pelo adido trabalhista Salert e se recusou a responder às pressões dos colegas de capacitação, que desejavam que ele participasse dos encontros. Pior ainda, informantes, como o metalúrgico José Maria Ribeiro, relataram que Duran passou a ajudar os comunistas, alertando-os que “um dos líderes do sindicato era, na verdade, um policial infiltrado”. Salert ponderou as razões que explicassem a nova postura distanciada de Duran, especulando que o presidente da federação estava com medo de “dar munição aos seus inimigos” por “fazer visível sua amizade com os Estados Unidos”<sup>73</sup>. Em agosto de 1957, segundo alguns sindicalistas autônomos, Duran já estava se aproximando demais os comunistas, um desvio para a esquerda que se revelou muito oportunista, pois ele precisava garantir sua reeleição como presidente. Até a grande greve geral de outubro, seu nome já havia desaparecido dos informes da embaixada<sup>74</sup>.

Um mês mais tarde, em novembro, os metalúrgicos realizaram seu primeiro Congresso Nacional, em Porto Alegre, provocando mais frustrações para o projeto político trabalhista dos Estados Unidos no Brasil. Com a queda de Duran e o sucesso da greve liderada pelos comunistas, a influência dos Estados Unidos sobre o movimento sindical entrou em declínio. Contudo, os funcionários norte-americanos continuaram a tentar estabelecer relações com os metalúrgicos por meio de um dos seus últimos colaboradores, Antônio Fernandes de Lima, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói. Lima foi interpelado sobre o Congresso pelo assistente do adido trabalhista James Shea e foi designado para uma bolsa Ponto IV. A delegação de São Paulo que esteve no Congresso, pelo contrário, era dominada por líderes independentes, como José Busto, secretário-geral dos metalúrgicos de São Paulo, e Waldimir Jorge Schnor, sucessor de Duran na federação estadual. No Congresso de Porto Alegre, de acordo com alguns relatos, Busto defendeu a filiação à FSM (de orientação comunista) e denunciou a ORIT como “um instrumento do Departamento de Estado dos Estados Unidos”. Lideranças do Congresso “preveniram-se contra essa campanha” nomeando uma comissão para estudar a questão. Este resultado propiciou grande preocupação aos estrategistas norte-americanos e para os que operavam as questões relativas ao trabalho.

Com 120 mil membros, o sindicato de Busto, o de São Paulo, era de longe a maior unidade nacional, as estimativas do Serviço de Relações Internacionais dos Estados Unidos indicavam um total de 200 mil metalúrgicos sindicalizados no Brasil<sup>75</sup>. Assim, por ocasião do segundo congresso da categoria,

realizado em São Paulo, em abril de 1959, os funcionários do Departamento de Estado estavam especialmente preocupados com a questão da filiação internacional. Oficialmente, o congresso convidou representantes dos dois grupos. À Federação Internacional dos Metalúrgicos (FIM), ligada a OIT, em Genebra, solicitaram ajuda para custear o congresso, assim como o envio de representantes. A comissão nomeada para estudar a questão foi ambígua ao recomendar a manutenção de relações amistosas com as duas organizações internacionais. Mas isso era inaceitável para a AFL-CIO e, em março, George Meany advertiu as organizações da ORIT que a CIO e a FIM deveriam boicotar o congresso. Apenas com a presença da FSM, a Federação dos Metalúrgicos aprovou a formalização das relações de cooperação com o organismo internacional<sup>76</sup>.

Frustrados com estes episódios, os agentes trabalhistas norte-americanos convergiram suas atenções para restabelecer o programa de formação nos Estados Unidos nos moldes do que fez Duran para a direção da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo. Nesse esforço, no entanto, eles encontraram dificuldades com o Ministério do Trabalho brasileiro. Os dirigentes da federação foram eleitos em 5 de dezembro de 1959 e uma chapa com dois bolsistas do Ponto IV, venceu com apertada margem, uma outra chapa liderada pelo então presidente Waldimir Schnor, abertamente um membro do PCB. De acordo com a legislação trabalhista brasileira, cada sindicato local de uma categoria tinha direito a um voto para a escolha dos dirigentes da federação, independente do seu número de filiados. Assim, nos 19 sindicatos que formavam a federação no estado, os delegados de pequenos sindicatos, de cidades como Santos, Ribeirão Preto e Piracicaba, acabaram votando na chapa apoiada pelos norte-americanos<sup>77</sup>. Irritados com o resultado, Schnor e Busto, do grande sindicato da capital de São Paulo, acusaram a chapa vencedora de fraude e pediram ao Ministério do Trabalho para anular as eleições e fiscalizar uma nova eleição. O ministro do Trabalho, Gilberto Crockett de Sá, atendeu ao pedido e invalidou a eleição, marcando novo processo para março de 1960<sup>78</sup>.

Os funcionários trabalhistas norte-americanos ficaram surpresos, mas os problemas com o Ministério estavam apenas começando. A próxima disputa envolveria o desejo do Ministério de exercer seu poder de veto na escolha de líderes sindicais a serem indicados para receber as subvenções do Ponto IV. A essa altura, a seleção de participantes do programa de formação dependia apenas da recomendação do adido trabalhista dos Estados Unidos e da aprovação de Romualdi (ou de outro funcionário da ORIT) e do Dr. João Guilherme Aragão, o representante do governo brasileiro no Ponto IV. Dessa vez, o Ministério pretendia elaborar novas regras que exigissem sua aprovação aos candidatos potenciais. A disputa terminou apenas quando se tornou

claro que nenhum dos novos fundos era adequado para bolsas de viagem em 1960<sup>79</sup>. Este incidente, bem como a intervenção do Ministério na eleição dos metalúrgicos, apontou a crescente tensão entre os funcionários trabalhistas norte-americanos e os brasileiros.

Durante quase toda a década de 1950, o Ministério havia sido influenciado por João Goulart, um líder do PTB do Rio Grande do Sul que foi ministro do Trabalho em 1953 e foi eleito vice-presidente do Brasil em 1955 e novamente em 1960. Em setembro de 1961 ele se tornou presidente quando, de repente, o presidente Jânio Quadros renunciou ao cargo. Embora nunca tenham acusado Goulart de ser um comunista, os estrategistas trabalhistas norte-americanos sempre o viram com desconfiança. Aos olhos desses funcionários, Goulart foi a pior espécie de “companheiro de viagem”, um aliado dos comunistas quando eles se adequaram às suas necessidades políticas. Ao intervir, por exemplo, nas eleições dos metalúrgicos, Goulart sem dúvida esperava apaziguar o poderoso sindicato de São Paulo, com suas lideranças comunistas e sua grande base. As simpatias de Goulart (como as da população brasileira em geral) eram nacionalistas. Como as forças dos nacionalistas de esquerda aumentaram durante a crise econômica de fins dos anos 1950 e do início dos 1960, Goulart e o Ministério do Trabalho tiveram dificuldades nas disputas com os comunistas no movimento sindical<sup>80</sup>.

Em uma complexa e confusa série de acontecimentos ocorridos entre meados de 1960 e meados de 1962, os Estados Unidos perderam seus vínculos com o movimento operário brasileiro, bem como houve um dramático aumento da influência da esquerda nacionalista (com quem mais ou menos Goulart era alinhado)<sup>81</sup>. O primeiro sinal do fracasso norte-americano ocorreu em agosto de 1960, no Terceiro Congresso Nacional dos Trabalhadores, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Uma grave cisão abriu-se a respeito da criação de uma central sindical única no Brasil. Os esquerdistas eram favoráveis à ideia, mas influentes dirigentes sindicais, como o primeiro aliado dos Estados Unidos, o presidente da CNTI, Deocleciano Holanda Cavalcanti, se opuseram à ideia. (Ironicamente, Romualdi, 14 anos antes, em 1946, tinha pressionado líderes sindicais brasileiros, inclusive Cavalcanti, para fundar uma entidade central como a AFL.) Frustrado com sua posição minoritária, Cavalcanti liderou um dramático protesto e conseguiu fazer com que 45 dos 2.500 delegados abandonassem o Congresso com ele<sup>82</sup>.

Como se verificou mais tarde, esta manobra serviu apenas para isolar o grupo de Cavalcanti. Em julho de 1961 Cavalcanti perdeu a presidência da CNTI para Clodesmidt Riani, um dirigente sindical de esquerda independente de Minas Gerais e um dos organizadores do Terceiro Congresso. Aquele congresso concordou em apresentar a ideia da criação de uma central, mas só

no Quarto Congresso, realizado em agosto de 1962, 3.500 delegados de quase 600 sindicatos fundaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), sem oposição<sup>83</sup>. Riani se tornou presidente do CGT, enquanto dirigentes sindicais comunistas como Hercules Corrêa e Luis Tenório de Lima foram eleitos para sua direção. O resultado causou à política trabalhista dos Estados Unidos um sério revés. Além disso, o ministro do Trabalho brasileiro, embora muito longe de se satisfazer com a crescente autonomia do movimento sindical, decidiu tolerar o CGT ao invés de reprimir esta organização supralegal.

Assim, depois de mais de uma década de funcionamento, o programa de formação da ORIT/Ponto IV para sindicalistas brasileiros chegou a uma decepcionante paralisação no começo dos anos 1960. Muitos participantes do programa tinham sido afastados de seus sindicatos e, por outro lado, líderes que tinham sido rejeitados pelos norte-americanos foram elevados a posições de liderança. Ironicamente, o CGT permaneceu, em grande medida, livre do controle do governo e incluiu demandas por autonomia sindical e negociação coletiva como pontos da sua pauta de reivindicações; objetivos estes que compunham a política trabalhista norte-americana de sindicalismo autônomo. No entanto, a postura nacionalista e antiimperialista do CGT tornou-se mais simbólica do fracasso norte-americano que de seu sucesso. Em 1962, propagar o ponto de vista norte-americano era, de fato, uma tarefa difícil.

### **AIFLD: Intervenção e controle (1962-1965)**

Embora seja tentador afirmar que a política trabalhista norte-americana se alterou radicalmente depois de 1962, tal interpretação é conflitante com a documentação disponível. Começando em 1946, os funcionários trabalhistas americanos voluntariamente serviram e ajudaram a moldar a política externa dos Estados Unidos no Brasil, formando uma parceria com o governo que continuou nos anos 1960. O que mudou de alguma forma foi a própria política externa. A administração do presidente John F. Kennedy passou a pressionar o Serviço de Relações Internacionais norte-americano para que se tornasse mais agressivo e comprometido em suas investidas estrangeiras, e a política trabalhista refletiu essa tendência geral. Em 1964, as táticas da política trabalhista foram conduzidas, a partir da política geral, à posição extrema de ajudar a derrubar o governo legalmente constituído de João Goulart. Na sequência do golpe de Estado de abril de 1964, o aparato trabalhista dos Estados Unidos novamente colaborou com funcionários norte-americanos na construção de um sólido ponto de apoio para o que se evidenciou ser um governo autoritário e repressivo. O novo governo rapidamente provou ser a antítese da democracia vital fundamentada pela ideologia do sindicalismo autônomo<sup>84</sup>.

O envolvimento dos Estados Unidos no movimento operário tinha sido há muito tempo um meio de influenciar dissimuladamente a política brasileira. Em 1962, este projeto político tomou uma forma mais refinada e concentrada quando o Instituto Americano para o Desenvolvimento de Sindicatos Autônomos (na sigla em inglês, AIFLD – American Institute for Free Labor Development) foi instalado em Recife e em São Paulo. Embora administrado pelo pessoal da AFL-CIO, a AIFLD era um produto da reavaliação das atividades internacionais do trabalho desempenhado pela administração do presidente Dwight D. Eisenhower. Um estudo dedicado ao final do seu segundo mandato revelou que “os Departamentos de Estado, Trabalho e Defesa estão profundamente envolvidos em questões trabalhistas internacionais, assim como estão a ICA [Instituto para Assuntos Culturais, na sigla em inglês], a USIA [Agência de Informação dos Estados Unidos, na sigla em inglês] e a CIA”. Porém, de acordo com este estudo, as divisões de atribuições na atuação dessas agências eram obscuras e necessitavam “melhorar a direção e a coordenação”. O Departamento do Trabalho norte-americano recomendava que se instituisse um conselho consultivo interagências para coordenar as operações<sup>85</sup>. Em maio de 1961, o sucessor de Eisenhower seguiu as recomendações. Kennedy também pediu ao secretário de Trabalho, Arthur Goldberg, que fizesse acordos específicos para a América Latina no âmbito do recém-criado programa “Aliança para o Progresso”. Em resposta, um comitê consultivo especial foi criado para a região, e em agosto de 1962 a AIFLD foi designada como parte deste esforço de colaboração<sup>86</sup>.

O Comitê Consultivo de Trabalho para a “Aliança para o Progresso” reuniu-se pela segunda vez em 12 de março de 1962. O presidente da AFL-CIO, George Meany, fora nomeado presidente e seus membros incluíam o diretor executivo da AIFLD, William Doherty Jr., Romualdi, o tesoureiro da AIFLD, Joseph Beirne, o diretor da CIA, Thomas McCone, o diretor da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID, na sigla em inglês), Fowler Hamilton, o secretário de Estado, Dean Rusk, e o próprio secretário do Trabalho, Goldberg. Todos compareceram à reunião, exceto Rusk, que enviou um emissário. A reunião decidiu que a AIFLD “poderia tratar diretamente com a Agência para o Desenvolvimento Internacional para realizar [o Comitê Consultivo] projetos na América Latina”. Tomada esta decisão, como mais tarde alegou Beirne, em razão do “caráter privado e não-governamental do instituto”, ela permitiria à AIFLD desenvolver programas “os quais, como resultado de condições políticas e diplomáticas, não poderiam ser realizadas diretamente pelo governo norte-americano”<sup>87</sup>. Em outras palavras, a AIFLD seria um instrumento dissimulado da política externa norte-americana, em parte orientada pela CIA. Goldberg ressaltou ainda mais este ponto, em uma carta a Beirne,

reiterando que todos os projetos da AIFLD, financiados ou não pelo governo, estavam sujeitos a serem inspecionados pelo comitê trabalhista<sup>88</sup>.

A AIFLD criou institutos de formação e propaganda no Brasil no final de 1962, incluindo o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), em São Paulo. Mais do que selecionar candidatos para viajar para os cursos de formação da AIFLD em Washington, D.C., o ICT patrocinou uma série de estudos sobre movimento sindical brasileiro, lideranças e estrutura sob a direção de J. V. Freitas Marcondes, um sociólogo brasileiro formado na Universidade da Flórida. A atenção dos Estados Unidos estava também voltada para continuar o programa de formação de líderes sindicais, e em janeiro de 1963 a primeira turma de brasileiros chegou a Washington para uma estadia de seis meses sob a orientação do AIFLD. Tal como os projetos anteriores no âmbito do programa ORIT/Ponto IV, os 33 alunos do curso estudavam História do Trabalho dos Estados Unidos, economia, estruturas e técnicas para identificar e defender-se contra os comunistas e fascistas<sup>89</sup>.

Porém, não importa o quanto mais eficientes tenham se tornado os programas, eles apenas tiveram um impacto limitado sobre o movimento sindical. Como uma das pesquisas do próprio ICT mostrou pouco antes do golpe de 1964, muitos líderes sindicais não se comoveram com a promessa da ideologia sindical dos Estados Unidos, mantiveram-se impassivelmente despreocupados com o comunismo e apoiados no CGT. Perguntou-se a cerca de 80 presidentes de sindicatos se achavam uma central sindical como o CGT “necessária”: 44 responderam “sim”, 22 disseram “não” e 12 não responderam. Apenas cinco consideraram como necessária a rival União Sindical dos Trabalhadores (recentemente criada por Cavalcanti com o apoio dos Estados Unidos). Quando se perguntou quais “forças” mais impediam o desenvolvimento econômico do Brasil, 18 dirigentes criticaram o “capitalismo retrógrado”, 14 a “ignorância e preguiça de trabalhadores”, 12 queixaram-se dos “políticos” e 11 jogaram a responsabilidade sobre o comunismo<sup>90</sup>. Claramente, em 1964, o ponto de vista dos Estados Unidos ainda não tinha sido propagado com sucesso.

A ideia de derrubar o presidente João Goulart não nasceu entre os estrategistas trabalhistas dos Estados Unidos, mas sua impaciência com o programa de formação e a frustração com a administração de Goulart obrigou-os a gastar um pouco de tempo ponderando sobre a ética e a moral em tomar parte na derrubada de um governo legítimo. Fishburn observou, por exemplo, que era “absolutamente impossível” tratar com o Ministério do Trabalho na época de João Goulart e que os esforços norte-americanos tiveram de ser colocados em “modo de retirada”. Até que Fishburn deixasse o Brasil, em 1963, um dirigente da CIA não identificado na embaixada e o enviado especial coronel Vernon Walters pressionaram o embaixador dos Estados Unidos,

Lincoln Gordon, para apoiar o iminente golpe<sup>91</sup>. De acordo com o diretor da AIFLD, Doherty, os participantes do curso do instituto estavam “intimamente envolvidos” na conspiração militar e civil contra o presidente João Goulart. O que fizeram exatamente ainda não está claro, mas parece pouco provável que o papel deles tenha sido tão central como reivindicou Doherty<sup>92</sup>. Ao que se falava, os participantes do curso da AIFLD ajudaram os conspiradores a manter canais de comunicação abertos com os militares e fechá-los para os defensores de Goulart. Este pode ter sido o caso em São Paulo e no Recife, onde a AIFLD tinha uma presença institucional, mas no Rio de Janeiro as forças de apoio de Goulart e seu governo afirmavam ter tomado o controle de maior parte dos canais de televisão e das estações de rádio<sup>93</sup>. Qualquer que tenha sido o papel da AIFLD, a jactância de Doherty certamente projetava uma imagem contraditória do cerne democrático do sindicalismo autônomo.

Depois do golpe, os participantes dos cursos da AIFLD ajudaram a assumir o controle de sindicatos brasileiros dos quais supostos líderes de esquerda tinham sido removidos, contribuindo assim para que o novo governo tivesse uma maior influência sobre os trabalhadores organizados<sup>94</sup>. Essas contradições entre teoria e prática deixaram tensas as relações entre os estrategistas norte-americanos. Em maio de 1964, Victor Reuther, diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Automotivo, levantou questões sobre o papel da ética do trabalho no Brasil na primeira reunião da Comissão Consultiva do Trabalho realizada após o golpe. A título oficioso, Reuther ouviu relatos sobre a duplicidade das atividades da AIFLD no Brasil e sobre as frequentes reuniões entre os agentes, “o embaixador Gordon, o ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, e o adido trabalhista Baker”. O representante interamericano da AFL-CIO, Andrew McLellan, defendeu a prática do governo brasileiro de intervir nos sindicatos como “necessária para dar continuidade no aconselhamento jurídico e aos serviços de assistência social”, prestados pelos sindicatos. O Ministério do Trabalho tinha marcado um simpósio sindical para o dia 8 de junho, o qual, nas palavras de McLellan, prometia “resultar no estabelecimento de um novo associativismo democraticamente orientado no movimento sindical”. Ao longo desse ano, a estrutura institucional do sistema trabalhista norte-americano estava chegando ao Brasil<sup>95</sup>.

Reuther pareceu menos interessado no curso dos acontecimentos que o resto da comissão. Ele questionou se uma conferência organizada pelo governo era realmente um sinal de democracia. Era direito do governo brasileiro, indagou, “determinar a elegibilidade dos candidatos a cargos nos sindicatos no simpósio de 8 de junho?”. Os outros presentes discutiram a questão, mas ponderaram que o governo brasileiro sempre interferiu e controlou os sindicatos. Então, estabeleceu-se aí que os Estados Unidos nada deveriam

fazer “para pôr em perigo as perspectivas de aparecimento de um movimento sindical autônomo e democrático no Brasil”. Sob este ângulo, a comissão “não pode e não deve aprovar os procedimentos ora aplicados aos sindicatos no Brasil”. Reuther perguntou também sobre a prisão do presidente do CGT, Clodesmidt Riani, sugerindo que uma controvérsia sobre seu encarceramento poderia aparecer na próxima reunião da OIT. Sobre este assunto, a comissão decidiu preparar os governos dos Estados Unidos e da América Latina e os delegados trabalhadores para desviar o debate sobre a prisão de Riani, alegando que se tratava de um criminoso e não de um problema trabalhista, pois Riani havia sido acusado pelo Código Penal<sup>96</sup>.

Assim, em 1965, a atitude *laissez-faire* dos estrategistas norte-americanos sobre o papel dos militares no Brasil permitiu-lhes justificar o vínculo do futuro dos sindicatos autônomos ao aumento do autoritarismo. Mas, como as questões levantadas por Reuther sugeriam, alguns indivíduos do movimento sindical dos Estados Unidos estavam cada vez mais desconfortáveis com as contradições de tal política. Graves divergências desenvolveram-se dentro do movimento sindical como resultado destas contradições e daquelas geradas por atividades semelhantes em outros países da América Latina, África e Ásia<sup>97</sup>. No Brasil, porém, duas décadas de política trabalhista norte-americana haviam estabelecido um padrão de relações que continuaria ainda na década de 1990, com os Estados Unidos tentando implantar as estruturas do sindicalismo autônomo e os brasileiros – desde funcionários do governo aos líderes sindicais – conduzindo seus assuntos por vias que frequentemente desafiavam os planos definidos pelos Estados Unidos.

## Conclusão

Como já foi demonstrado nesta breve análise das duas primeiras décadas de envolvimento dos Estados Unidos no movimento sindical brasileiro, as instituições brasileiras demonstraram considerável autonomia *vis-à-vis* os esforços norte-americanos. O que ficou evidente foi a resistência do movimento operário no Brasil, em face da pressão do Estado brasileiro, bem como a dos agentes americanos. Minha pesquisa sugere que os sindicatos brasileiros permaneceram substancialmente dependentes do Estado durante a maior parte deste período, corroborando a opinião de pesquisadores que explicaram a falta de autonomia sindical no Brasil sob o populismo<sup>98</sup>. Porém, parece mais preciso fazer coro com Maria Helena Moreira Alves na conclusão de que, até o golpe de 1964, os sindicatos brasileiros “organizaram-se em um clima de liberdade tolerada, algo que não deve ser confundido com autonomia estrutural”<sup>99</sup>. Na verdade, a maioria das evidências mostra que os membros dos

sindicatos exerceram considerável liberdade na rejeição aos dirigentes a mando dos Estados Unidos e ao eger chapas que não tinham apoio do governo brasileiro. Além disso, o governo nem sempre tolerou os desejos norte-americanos. Mais frequentemente do que parece, os acontecimentos no Brasil foram determinados “de baixo para cima”.

O caso brasileiro também oferece elementos para modificar a tradicional imagem da política trabalhista dos Estados Unidos na América Latina. A literatura tem salientado que o anticomunismo foi o coração e a alma da política durante a maior parte do período da Guerra Fria<sup>100</sup>. Somente na década de 1980, sustentam estudiosos, vozes alternativas se tornaram mais efetivas no movimento operário norte-americano<sup>101</sup>. Em um grande país como o Brasil, no entanto, a classe dirigente precisava de pouca ajuda para reprimir aqueles que ameaçavam o *status quo*. Embora os agentes trabalhistas norte-americanos tenham geralmente colaborado nestes esforços, muita energia também foi dedicada aos sinceros, mas ineficazes, esforços de “americanizar” a cultura sindical do Brasil. Lutar contra o comunismo foi justificado não como um fim em si mesmo, mas como um meio de lançar as bases para implantar o “sindicalismo autônomo” e a democracia do livre-mercado. Aqueles que se preocupam com o internacionalismo trabalhista hoje fariam bem em reconhecer historicamente as duas faces desta natureza política, bem como as distorções que ocorreram quando seus defensores não conseguiram dar muita atenção às devidas necessidades locais.

*(Tradução de Gláucia Fraccaro e Dainis Karepovs)*

## RESUMO

O artigo trata da influência dos EUA na política desenvolvida no interior dos sindicatos brasileiros e no Ministério do Trabalho entre os anos 1945 e 1965. Analisa o crescente envolvimento estadunidense nesse período, como decorrência dos interesses associados à preocupação com o comunismo na região, no contexto ad Guerra Fria, somado à perspectiva imperial de ver a região como sua “esfera de influência” e de querer afirmar isso com a exportação dos valores norte-americanos ao restante do mundo, a chamada “American way of life”, algo que ironicamente se tornou mais fácil depois do golpe de 1964.

## PALAVRAS-CHAVE

Sindicalismo; Brasil; Estados Unidos.

## ABSTRACT

This article discusses United States influence inside the Brazilian trade unions and in the Labor Ministry between 1945 and 1965. It analyzes

the growth of U. S. involvement during these years as a result of interests associated with early Cold War worries about communist advances in Latin America and the imperial objectives of controlling the hemisphere, partially through the exportation of U.S. political values and institutional styles, the so called “American way of life”, that ironically became easier to implant once the military took power in 1964.

## KEYWORDS

---

Trade unionism; Brazil; United States.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> A pesquisa que deu origem a este artigo foi financiada pela Universidade de Maryland e pela Universidade Estadual Grand Valley (GVSU), no estado de Michigan, Estados Unidos. Agradeço também a Winthrop Wright, Ira Berlin e Richard Price pela orientação e apoio, a Vilma Welch por sua colaboração na pesquisa e a Anthony Pereira, Holbart Spalding, Stanley Gacek e os pareceristas da *Latin American Research Review* pelos comentários construtivos.

<sup>2</sup> Professor-colaborador no Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente. Foi bolsista no programa Professor Visitante Estrangeiro (PVE) da Capes em programas de pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Unesp/Presidente Prudente, e na Universidade de São Paulo, entre julho de 2003 a junho de 2005. É professor de História da GVSU. Gentilmente foi concedido pela University of New Mexico Press o direito de publicar o artigo pela primeira vez em português – a versão original foi publicada pela UNM Press com o título “Labor Internationalism: U.S. Involvement in Brazilian Unions, 1945-1965” no *Latin American Research Review*, Albuquerque, N.M., 30 (2), p. 61-88, Primavera/1995. Contato do autor: cliff.a.welch@gmail.com.

<sup>3</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; HALL, Michael e GARCIA, Marco Aurélio. “Urban Labour”. In CONNIF, Michael e McCANN, Frank. (Orgs.). *Modern Brazil*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1989; EPSTEIN, Edward C. (Org.). *Labour autonomy and the State in Latin America*. Boston: Unwin Hyman, 1989; COHEN, Yousef. *The manipulation of consent: The state and working-class consciousness in Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1989; COLLIER, Ruth Berins e COLLIER, David. *Shaping the political arena: critical junctures, the labour movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

<sup>4</sup> BERGQUIST, Charles. *Labor in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1986. BUCHANAN, Paul G. “The Impact of Labor”. In LOWENTHAL, Abraham F. (Org.). *Exporting Democracy: The United States and Latin America, Case Studies*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1:174-206. SPALDING JUNIOR, Hobart A. “The Two Latin American Foreign Policies of the U.S. Labor Movement: The AFL-

- CIO Top Brass vs. Rank-and-File”. *Science and Society* 56, nº 4, 1992-1993 (Inverno): 421-439.
- <sup>5</sup> SPALDING JUNIOR, H. A. “Solidarity Forever? Latin American Unions and the International Labor Network”. *Latin American Research Review*, 24, nº 2, 1989: 253-265.
- <sup>6</sup> SPALDING JUNIOR, H. A. “Unions Look South” e “AIFLD Amok”. *NACLA Report on the Americas* 22, nº 3, 1988 (maio-jun.), 14-27; FRUNDT, Henry J. *Refreshing pauses: Coca Cola and human rights in Guatemala*. New York: Praeger, 1987; CANTOR, Daniel e SCHOR, Juliet. *Tunnel vision, labor, the world economy, and Central America*. Boston. South End, 1987; WELCH, Cliff. e PEREIRA, Anthony W. (Orgs). “Labor and the free market in the Americas”. *Latin American Perspectives*, 22, nº 1 (Inverno), 1995.
- <sup>7</sup> WELCH, Cliff. “United States labor policy and the politics of ‘Ordem e Progresso’ in Brazil, 1945-1950”. M. A. thesis, University of Maryland. 1987.
- <sup>8</sup> BERGER, Henry W. “Union diplomacy: American labor’s foreign policy in Latin America, 1932-1955”. Ph.D. diss., University of Wisconsin, 1966.
- <sup>9</sup> De Cecil Cross ao secretário de Estado, 22 de agosto de 1945, Grupo de Registro [Record Group] 59, Arquivo Decimal [Decimal File] 832.5043, Departamento de Estado, US National Archives. Daqui em diante, os documentos do Departamento de Estado serão citados de forma abreviada em inglês: RG, DF e DS/USNA.
- <sup>10</sup> De Berle ao secretário de Estado, “Informational Program”, 19 de setembro de 1945, RG 59, DF 832, 504, Departamento de Estado, USNA, com documentos anexos: Adido trabalhista [labour attaché] Edward J. Rowell, “American Propaganda to Brazilian Workers”; Convey Egan, do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos no Brasil, “Informational Activities Aimed at Brazilian Work-Class Audiences”.
- <sup>11</sup> Aerograma de Cecil Cross ao Departamento de Estado, 20 de setembro de 1945, aerograma nº 144, RG 59, DF 832.5043, DS/USNA.
- <sup>12</sup> De Braden ao Dr. Inman, 6 de fevereiro de 1946, e de Braden a Frank Kellogg, 6 de março de 1946, em Serafino Romualdi Papers, caixa 9, arquivo 1, Centro de Documentação de Gerenciamento do Trabalho [Labor-Management Documentation Center], Biblioteca Martin P. Catherwood, Cornell University, Ithaca, NY. Daqui por diante, esses documentos serão citados como “Romualdi Papers”, com os respectivos números de caixas e arquivos.
- <sup>13</sup> De Berle ao secretário de Estado, “Informational Program”, 19 de setembro de 1945, RG 59, DF 832.504, DS/USNA.
- <sup>14</sup> MOSK, Sanford. *Industrial revolution in Mexico*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1950, p. 17-25. LEVENSTEIN, Henry. *Labor organizations in the United States and Mexico*. Westport, Conn.: Greenwood, 1971, p. 206-242; QUINTANILLA OBREGON, Lourdes. *Lombardismo y sindicatos en America Latina*. Cidade do México: Distribuciones Fontamara, 1982, p. 13-58.

<sup>15</sup> Ver BERGER, H., *op. cit.*, p. 235-266 e James Byrnes, Secretaria de Estado, 11 de junho de 1946, RG 59, DF 810.504, DS/USNA.

<sup>16</sup> Rowell, “Memorandum to Paul Daniels”, 14 de março de 1946, anexo em despacho de Clarence C. Brooks ao secretário de Estado, 18 de março de 1946, Despacho nº 4526, RG 59, DF 832.5045, DS/USNA.

<sup>17</sup> De James Byrnes às embaixadas e consulados de Caracas, Rio de Janeiro, São Paulo, Montevideu, Buenos Aires, La Paz, Lima, Quito, Bogotá, Cidade do Panamá e Cidade do México, 11 de junho de 1946, RG 59, DF 810.504, DS/USNA.

<sup>18</sup> BERGER, Henry. “American foreign policy, U.S. labor unions, and the Cold War in Latin America, 1945-1950”. “Paper” apresentado no Internationale Tagung der Historiker der Arbeiterbewegung (ITH), 26º Linzer Conference, 11 a 15 de setembro de 1990, p. 5.

<sup>19</sup> De Romualdi a Matthew Woll, 18 de dezembro de 1943, Romualdi Papers, caixa 1, arquivo 1. Ver também: ROMUALDI, Serafino. “Labor and democracy in Latin America”. *Foreign Affairs Quarterly*, nº 24 (Abr.) 1947: 477-89; ROMUALDI, Serafino. *Presidents and peons: recollections of a labor Ambassador*. New York: Funk and Wagnals, 1967; BERGER, H., *op. cit.*, 1990.

<sup>20</sup> Minutas da reunião do Comitê de Relações Internacionais do Trabalho, American Federation of Labor, 2 de agosto de 1946 *apud* BERGER, H., *op. cit.*, 1966, p. 264.

<sup>21</sup> MEANY, G. “Pan-American Address”, 11 de outubro de 1946 *apud* ROMUALDI, S., *op. cit.*, 1967, p. 47.

<sup>22</sup> ROMUALDI, S., *op. cit.*, 1967, p. 47.

<sup>23</sup> De Romualdi para Florence Thorne (secretário do presidente da AFL, William Green), 15 de abril de 1947, Romualdi Papers, caixa 9, arquivo 2.

<sup>24</sup> KOFAS, John V. *The struggle for legitimacy: Latin American labor and the United States, 1930-1960*. Tempe: Arizona State University Press, 1992; e WEILER, Peter. “The US, international labor, and the Cold War: the break-up of the World Federation of Trade Unions”. *Diplomatic History* 5, nº 1 1981 (Inverno): 1-22.

<sup>25</sup> BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Consolidação das Leis do Trabalho*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943; FRENCH, John D. *The Brazilian worker's ABC: class conflict and alliances in modern São Paulo*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.

<sup>26</sup> “Meeting with trade-union leaders”, em de Romualdi para Woll, Romualdi Papers, caixa 2, arquivo 6.

<sup>27</sup> De Romualdi para Woll, 5 de julho de 1946, Romualdi Papers, caixa 2, arquivo 6.

<sup>28</sup> CARONE, Edgard. (Org.). *Movimento operário no Brasil*. Vol. 2 (1945-1964). São Paulo: Difel, 1981, p. 186-188.

<sup>29</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 254-256.

<sup>30</sup> De Rowell ao secretário de Estado, 26 de julho de 1946, RG 59, DF 832.5043; de Parsloe ao embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1946, RG 59, DF 832.5043, ambos em DS/USNA. Num sentido geral, Rowell era mais independente que muitos dos novos estrategistas da política externa dos Estados Unidos, a tal ponto que alguns criticaram suas posições. Ver FRENCH, J., *op. cit.*, p. 342, nota 47.

<sup>31</sup> De Romualdi a Woll, 5 de julho de 1946, Romualdi Papers, caixa 2, arquivo 6. A rapidez com que Romualdi adotou o pequeno segmento trabalhista ligado ao governo parece contradizer seu declarado desejo de libertar o sindicalismo brasileiro do controle ministerial. Retrospectivamente, tais contradições aparentemente também o incomodaram. Nas memórias que ele escreveu 20 anos depois, Romualdi enfatizou o quanto fora cuidadoso em evitar o contato com funcionários do governo porque ele “se recusava a ser parte do controle do governo sobre o mundo do trabalho”. Enquanto esteve no Brasil, entretanto, Romualdi se reuniu com funcionários do Ministério do Trabalho e gabava-se da duração das reuniões que teve com os “Chief of Cabinet” de cada ministro. (Ver Romualdi., *op. cit.*, 1967 p. 273).

<sup>32</sup> Do adido Clarence Brooks ao secretário de Estado, 2 de agosto de 1946, RG 59, DF 832.5043, DS/USNA. O adido afirmou que seus critérios foram elaborados a partir de “conversas com dirigentes responsáveis do Ministério do Trabalho”. Não há relatos conclusivos desse importante congresso. Informações conflitantes podem ser encontradas nas fontes aqui utilizadas e em: RODRIGUES, Leôncio Martins. “Sindicalismo e classe operária (1930-1964)”. In FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 3. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1986, p. 538; FRENCH, J., *op. cit.*, p. 189-195 e VIANNA, L. W., *op. cit.*, p. 257-260.

<sup>33</sup> *The Economist*, 19 de outubro de 1946, citado em Goldman a Hussey, 20 de novembro de 1946. Ver também o despacho de Rowell ao Estado, Despacho nº 594, 17 de setembro de 1946, e em de John Edgard Hoover a Jack Neal, 1º de outubro de 1946, todos em RG 59, DF 832.504/3. DS/USNA. Ver também TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981, p. 253-259.

<sup>34</sup> VIANNA, L. W., *op. cit.* 1976, p. 259.

<sup>35</sup> Ver ROMUALDI, S., *op. cit.*, 1967, p. 45-48, e em de Romualdi para o Comitê de Relações Internacionais da AFL, 10 de setembro de 1946, Romualdi Papers, caixa 9, arquivo 1.

<sup>36</sup> TELLES, J., *op. cit.*, p. 179-193.

<sup>37</sup> CARONE, Edgard (Org.). *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 281-283.

<sup>38</sup> ROMUALDI, S., *op. cit.*, p. 71-72.

<sup>39</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

<sup>40</sup> Do encarregado de negócios no Rio de Janeiro ao secretário do Estado, 5 de março de 1948, RG 59, DF 832.5043, DS/USNA.

<sup>41</sup> O conteúdo da conversa entre Dutra e Romualdi está em Clarence Brooks ao Departamento de Estado, 5 de novembro de 1947, DS/USNA.

<sup>42</sup> ROMUALDI, S., *op. cit.*, 1967, p. 82-83.

<sup>43</sup> Em um memorando de janeiro de 1952, o adido trabalhista Henry S. Hammond conjecturou por que a filiação ainda não havia acontecido: um “círculo do poder do governo” era quem poderia resistir ao projeto; o Congresso Brasileiro realmente tinha problemas mais importantes; ou a administração de Vargas não simpatizava com a então liderança sindical e desejava sua mudança antes que a permissão para a filiação fosse uma realidade. Ver De Hammond ao cônsul no Rio de Janeiro, Sheldon T. Mills, 10 de janeiro de 1952. O substituto de Hammond, Irving Salert, sugeriu ainda uma quarta razão: Cavalcanti (o principal aliado de Romualdi no Brasil) nutria alguma animosidade com o presidente da CIT, Bernardo Ibáñez, e, por isso, estava indisposto para pressionar a administração em favor da filiação. Despacho de Salert ao secretário de Estado, 5 de março de 1952, Despacho nº 1460, RG 84, DF 832.06; despacho de Salert ao secretário de Estado, 25 de julho de 1952, Despacho nº 131, RG 84, arquivos 310, ambos em DS/USNA.

<sup>44</sup> French, J., *op. cit.*, p. 247-267.

<sup>45</sup> Despacho de Salert ao Estado, 19 de maio de 1952, Despacho nº 1941, RG 59, DF 832.06; despacho de Salert ao Secretário de Estado, 25 de julho de 1952, Despacho nº 131, RG 84, arquivo 310, ambos em DS/USNA.

<sup>46</sup> Despacho do adido trabalhista Irving Salert ao Departamento de Estado, Despacho nº 917 e despacho da Embaixada dos Estados Unidos em Montevideú ao Departamento de Estado, Despacho nº 492, ambos em RG 84, arquivos 310, DS/USNA.

<sup>47</sup> Este acontecimento era importante para os Estados Unidos porque significava que os sindicatos da América Latina, ao não apoiar a AFL, poderiam não ter outra alternativa para buscar senão os irmãos dos ricos sindicatos nos Estados Unidos. Numa circular confidencial aos funcionários de consulados na América Latina, o Departamento de Estado dos Estados Unidos enfatizou essa implicação: “A participação do CIO também torna impossível para a comunista CTAL utilizar o suposto apoio ou simpatia de qualquer organização trabalhista importante dos Estados Unidos”. Já que a ORIT “compartilhava alguns dos objetivos do governo dos Estados Unidos, incluindo a oposição ao agressivo totalitarismo”, a circular alertou os dirigentes dos serviços de relações internacionais para “cooperar” com a organização. Ver a circular regional do Departamento de Assuntos Interamericanos. Circular Regional nº 4, 8 de maio de 1951, RG 84, arquivos 560, DS/USNA.

<sup>48</sup> Entrevista com John T. Fishburn, ex-adido ao Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, Woodstock, 27 de abril de 1985.

<sup>49</sup> Em sua segunda mensagem inaugural, em 20/1/1947, o presidente norte-americano Harry S. Truman delineou um “programa de apoio à paz e à liberdade”, que incluía quatro pontos principais: 1 - Firme apoio às Nações Unidas; 2 - A continui-

dade de programas, especialmente o Plano Marshall, que propiciariam a recuperação econômica mundial; 3 - A criação de um regime de defesa coletiva e, sobretudo, um para a região do Atlântico Norte (que se tornaria a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN); e 4 - Um programa de assistência técnica para regiões subdesenvolvidas (que passaria a ser o programa Ponto IV). Elaborado na primeira fase da Guerra Fria, o Ponto IV foi concebido como uma oferta de recursos para os países emergentes se decidirem contra o comunismo, tornando-os neutros ou não-alinhados. (Nota dos tradutores.)

<sup>50</sup> THORP, Williard L. "The objectives of Point Four". *Annals of the American Academy*, nº 268 (mar.), 1950, p. 22-26; HANSON, Simon G. "Latin America and the Point Four Program". *Annals of the American Academy*, nº 268, 1950, p. 66-74; GRIFFITH, Robert. "Dwight D. Eisenhower and the corporate commonwealth". *American Historical Review* 87, nº 1, 1982, p. 87-122.

<sup>51</sup> Entrevista com John T. Fishburn, Woodstock, 27 de abril de 1985.

<sup>52</sup> "Policy Guidance Regarding Labor and Manpower Aspects of Technical Cooperation Program", uma declaração política confidencial do Administrador Interino para o Diretor Técnico de Campo de Cooperação, Todas as Missões, 5 de março de 1952, RG 84, arquivos 560, DS/USNA.

<sup>53</sup> De Maximilian Wallach, chefe do Programa de Operações das Repúblicas Americanas, ao adido trabalhista Irving Salert, "Brazilian Labor Department Group", 28 de janeiro de 1953, RG 84, arquivos Rio de Janeiro, DS/USNA.

<sup>54</sup> Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, Escritório de Assuntos Trabalhistas Estrangeiros, "Tentative Point-Four Training Program for Brazilian Labor Department Group 1, January 26-July 25, 1953". RG 84, arquivos Rio de Janeiro, DS/USNA.

<sup>55</sup> Alguns dos instrutores no Pennsylvania State College foram os professores Joseph Raybeck, Edward Abramson, Eugen A. Myers, Ronaldo Donovan, Fred Hoehler Junior e A. H. Reeds. Ver relatório de Eugene A. Myers ao Comitê Político, "relatório Semanal nº 3", 2 de março de 1953, RG 84, arquivos Rio de Janeiro, DS/USNA.

<sup>56</sup> Roberto Simonsen *apud* WEINSTEIN, Barbara. "The industrialists, the state and the issues of worker training and social services in Brazil". *Hispanic American Historical Review*, 70, nº 3, 1990, p. 379-404; ver também GOMES, A., *op. cit.*

<sup>57</sup> De Romualdi a George Meany, "Background information on brazilian president-elect Kubitschek", 4 de janeiro de 1956, Romualdi Papers, caixa 2, arquivo 5. Ao usar o termo "intervenção" no segundo ponto, Romualdi se referiu à capacidade do Ministério do Trabalho de depor diretorias eleitas dos sindicatos, de designar interventores e de organizar novas eleições.

<sup>58</sup> Em 1953 e 1956, o estudioso acadêmico do trabalho Robert J. Alexander viajou em missões exploratórias para a América Latina a serviço da AFL. Em ambas as ocasiões fez observações a respeito do controle do governo sobre o movimento sindical

no Brasil. Ele também destacou que a autonomia poderia beneficiar inicialmente os comunistas, mas concluiu que “não havia alternativa senão continuar a incentivar a conversão dos remanescentes do sistema corporativo fascista ao sindicalismo real”. Ver o relatório de Alexander, “Report from Robert Alexander”, Uruguai, 13 de maio de 1956, Romualdi Papers, caixa 2, arquivo 6.

<sup>59</sup> De Salert a Romualdi, 16 de Janeiro de 1953, RG 84, arquivos Rio de Janeiro, DS/USNA.

<sup>60</sup> SKIDMORE, Thomas. *Politics in Brazil (1930-1964): An Experiment in Democracy*. New York: Oxford University Press, 1967.

<sup>61</sup> De Wallach a Salert, 28 de janeiro de 1953, p. 2, RG 84, arquivos Rio de Janeiro 560, DS/USNA.

<sup>62</sup> De Salert a Wallach, 18 de agosto de 1953, RG 84, arquivos trabalhistas Rio de Janeiro 310, ambos em DS/USNA.

<sup>63</sup> Despacho de Salert ao Departamento de Estado, Despacho nº 573, 28 de outubro de 1955, RG 84, arquivos Rio de Janeiro 560, DS/USNA.

<sup>64</sup> Do adido William C. Trimble, do Serviço de Informação dos Estados Unidos, ao embaixador, “USIS Operations”, 28 de setembro de 1954, RG 84, arquivos Brasil-Estados Unidos 320, DS/USNA.

<sup>65</sup> Despacho de Salert ao Departamento do Estado, “Labor Participation Project to Fiscal Year 1957”, 5 de setembro de 1956, Despacho nº 270, RG 59, DF 832.062/9-556, DS/USNA. Neste mesmo despacho, Salert afirmou que “aproximadamente mil agentes comunistas bem treinados” estavam atuando dentro dos sindicatos brasileiros. A proposta dele para a construção de uma liderança sindical estenderia o programa por dez anos.

<sup>66</sup> Despacho de Salert ao Departamento de Estado, Despacho nº 939, 20 de fevereiro de 1957, RG 59, DF 832.062/2-2057, DS/USNA.

<sup>67</sup> Despacho do cônsul geral em São Paulo, Richard P. Butrick, ao Departamento de Estado, Despacho nº 163, 10 de outubro de 1958, RG 59, DF 832.062/10-1058, DS/USNA.

<sup>68</sup> Esta organização foi criada com o nome do secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo que convencera industriais a negociar um acordo com os trabalhadores durante a greve geral de 1917, ao invés de simplesmente reprimir o movimento.

<sup>69</sup> Vários relatórios, incluindo os despachos de Butrick ao Departamento de Estado, Despacho nº 62, 13 de agosto de 1958, RG 59, DF 832.062/8-1358 e o do cônsul Ralph J. Burton ao Departamento de Estado, Despacho nº 341, 20 de janeiro de 1959, DF 832.062/1-2059, ambos em DS/USNA.

<sup>70</sup> Despacho de Philip Raine, cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, ao Departamento de Estado, “Labor organization of the Light and Power Company”. Despacho nº 54, 5 de outubro de 1956, DF 832.062/10-556, DS/USNA.

<sup>71</sup> Despachos de Salert ao Departamento de Estado, “First Quarterly Labor Report”, Despacho nº 1117, 5 de abril de 1957, e de Salert ao Departamento de Estado, “Second Quaterly Labor – 1957”, Despacho nº 1424, 28 de junho de 1957, ambos em RG, DF 832.06, DS/USNA.

<sup>72</sup> Ver de Romualdi a Salert, 26 de junho de 1956, Romualdi Papers, caixa 2, arquivo 5, e despacho de Butrick ao Departamento de Estado, “Ceremony of Presentation of Certificates to Point IV Labor Trainees”, Despacho nº 76, 29 de outubro de 1956, RG 59, DF 832.062, DS/USNA.

<sup>73</sup> Despacho de Butrick ao Departamento de Estado, Despacho nº 187, 1º de março de 1957, RG 59, DF 832.062, DS/USNA.

<sup>74</sup> De James F. Shea ao Departamento de Estado, “Memorandum of conversation with Antonio Fernandes Lima”, Despacho nº 1025, 9 de março de 1959, RG 59, Rio de Janeiro, DF 832.062/3-959, DS/USNA.

<sup>75</sup> Aerograma de Wallner ao secretário de Estado, Aerograma nº 1049, RG 59, DF 832.062, DS/USNA.

<sup>76</sup> Ver o despacho do consultor do Departamento de Estado nas questões trabalhistas americanas, Benjamin S. Stephansky, à embaixada do Rio de Janeiro, Despacho nº 1025, 17 de março de 1959; Despacho de Genebra ao secretário de Estado, Despacho nº 1189, 24 de março de 1959; telegramas de Stephansky à embaixada do Rio de Janeiro, telegrama nº 870, 9 de abril de 1959, e de Herter à embaixada, telegrama, 10 de abril de 1959. Todos os documentos estão em RG 59, DF 832.062, DS/USNA.

<sup>77</sup> Despacho de Shea ao Departamento de Estado, “Communist Setback in Metalworkers Elections”, Despacho nº 198, 7 de dezembro de 1959, RG 59, DF 832.062, DS/USNA. Os participantes do Programa Ponto IV eram Argeu Egídio dos Santos, presidente do Sindicato de Ribeirão Preto, e Jaime Cunha Caldeira, presidente do Sindicato de Piracicaba. Ambos foram eleitos para o novo quadro executivo da federação.

<sup>78</sup> Despacho de Shea ao Departamento de Estado, “Metalworkers’ elections annulled by Minister of Labor”, Despacho nº 225, 21 de dezembro de 1959, RG 59, DF 832.062, DS/USNA. Os documentos disponíveis até agora não revelam o resultado da segunda eleição.

<sup>79</sup> Memorando de Shea para Howard H. Cottam, ministro-conselheiro de Assuntos Econômicos na Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, Stephansky e o adido trabalhista John T. Fishburn, memorando, 31 de dezembro de 1959, RG 59, DF 832.062, DE/USNA.

<sup>80</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989; e BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

<sup>81</sup> Entrevista com Fishburn, 27 de abril de 1985.

<sup>82</sup> HARDING, Timothy F. “Implications of Brazil’s Third Labor Congress”. *Hispanic American Report* 13, nº 8, 1960, p. 567-72; e DELGADO, Lucília de Almeida. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 41-43.

<sup>83</sup> DELGADO, L., *op. cit.*, p. 54-56.

<sup>84</sup> LEACOCK, Ruth. *Requiem for revolution: the United States and Brazil (1961-1964)*. Kent: Kent State University Press, 1990.

<sup>85</sup> “A proposal regarding administration of labor affairs within the U. S. Government”, memorando confidencial não-assinado de 31 de fevereiro de 1961. Anexo em: Do Subsecretário do Trabalho, W. Williard Wirtz, ao subsecretário de Estado, George W. Ball, 28 de fevereiro de 1961, RG 174, caixa 61, Departamento de Trabalho, Registros do Secretário do Trabalho Arthur J. Goldberg, USNA. Daqui por diante, será citado como Goldberg Records.

<sup>86</sup> De Goldberg a Kennedy, “Labor Program Latin America”, 17 de novembro de 1961, RG 174, caixa 114; de Goldberg para o administrador da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) Fowler Hamilton, 29 de novembro de 1961, RG 174, caixa 113, ambos localizados em Goldberg Records, Department of Labor, USNA.

<sup>87</sup> De Beirne a Hamilton, 26 de abril de 1962, RG 174, caixa 45, Goldberg Records, DL/USNA.

<sup>88</sup> De Goldberg a Beirne, 7 de maio de 1962, RG 174, caixa 45, Goldberg Records, DL/USNA.

<sup>89</sup> “Academic Program of the Institute”, Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (AIFLD, na sigla em inglês); anexo em de Romualdi para Goldberg, 27 de julho de 1962, RG 174, caixa 37, Goldberg Records; e de Romualdi para Wirtz, 26 de novembro de 1962, RG 174, caixa 12. Registros do Secretário do Trabalho W. Williard Wirtz, ambos no DL/USNA. Daqui em diante, será citado como Wirtz Records.

<sup>90</sup> MARCONDES, J. V. Freitas. *Radiografia de liderança sindical paulista*. São Paulo: Instituto Cultural de Trabalho, 1964, p. 79-81.

<sup>91</sup> Entrevista com Fishburn, 27 de abril de 1985.

<sup>92</sup> DOHERTY JUNIOR, William C. “Building Free Trade Unions in Brazil”. Transcrito, *AFL-CIO Labor News Conference*, Mutual Broadcasting System 12, nº 4, 1964; AGEE, Philip. *Inside the company: CIA diary*. New York: Bantam, 1964, p. 244-247.

<sup>93</sup> SPALDING JUNIOR, H. A., *op. cit.*, 1988, p. 20; LEACOCK, R., *op. cit.*, p. 210.

<sup>94</sup> SPALDING JUNIOR, H. A. *Ibidem*; e METHVIN, Eugene H. “Labor’s new weapon for democracy”. *Reader’s Digest* (Out.) 1966, p. 21-28.

<sup>95</sup> “Labor Advisory Comittee on Foreign Assistance”, minutas da reunião de 26 de maio de 1964, AFL-CIO Bldg., Washington, D. C., RG 174, caixa 159, Wirtz Records, DL/USNA.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

<sup>97</sup> REUTHER, Victor. "The international activities of American trade unions". In HABER, William (Org.). *Labor in a changing America*. New York: Basic Books, 1966; WINDMULLER, John P. "The foreign policy conflict in American labor". *Political Science Quarterly* 82, n° 2 1967 (jun.), p. 205-234; RADOSH, Ronald. *American labor and U. S. foreign policy*. New York: Random House, 1969; SPALDING JUNIOR, H. A., *op. cit.*, 1992-1993.

<sup>98</sup> EPSTEIN, Edward C. (Org.). *Labor autonomy and the state in Latin America*. Boston: Unwin Hyman, 1989; COHEN, Y., *op. cit.*; e WEFFORT, F., *op. cit.*

<sup>99</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. "Trade unions in Brazil: a search for autonomy and organization". In EPSTEIN, *op. cit.*, p. 45.

<sup>100</sup> BERGER, *op. cit.*, 1966 e 1990; RADOSH, R., *op. cit.*; e HIRSCH, Fred. "An analysis of the AFL-CIO role in Latin America, or, Under the covers with the CIA". San Jose, s.c.p., 1974.

<sup>101</sup> BUCHANAN, P., *op. cit.*; SPALDING JUNIOR, H. A., *op. cit.*, 1992-1993.